

2022

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis

2022



Sumário

Declaração do Contador	4
Apresentação	5
Demonstrações Contábeis.....	6
Balanço Patrimonial	6
Demonstração das Variações Patrimoniais	7
Balanço Orçamentário.....	8
Anexos - Execução de Restos a Pagar	9
Balanço Financeiro.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Notas Explicativas	13
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	13
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	13
3. Caixa e Equivalente de Caixa	17
4. Créditos a Curto Prazo	18
5. Estoques	18
6. Créditos a Longo Prazo.....	18
7. Imobilizado	21
8. Intangível	22
9. Ajustes de Exercícios Anteriores	23
10. Resultado Patrimonial.....	23
11. Resultado Orçamentário.....	23
12. Resultado Financeiro.....	24
13. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	24

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	18
Tabela 2 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	19
Tabela 3 – Dívida Ativa	20
Tabela 4 – Ajustes de Perdas de Crédito a LP.....	21
Tabela 5 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)	21
Tabela 6 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária).....	21
Tabela 7 – Bens Móveis	21
Tabela 8 – Bens Imóveis	22
Tabela 9 – Variação do Saldo de Bens Imóveis.....	22
Tabela 10 – Variações Significativas DVP	23

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis, sendo pautada pela Macro função 020315 (Conformidade Contábil) presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

a) Falta de informações para registro dos Créditos de Dívida Ativa de Longo Prazo.

Desde 2018, registra-se a ausência de recebimento de relatório sintético dos dados inseridos no sistema da PGF e de acordo com o único relatório analítico recebido (em novembro de 2020) observou-se, no estoque de dívidas da Susep registrados no Sapiens Dívida - PGF, o valor de R\$883,8 milhões.

Em virtude de não haver dados suficientes para uma para estimar com relativa precisão o montante atualizado do estoque de dívida ativa, anotou-se por proximidade que o valor, desde 2021, gira em torno de 1 bilhão de reais.

De igual forma, sem os devidos dados, não há como se prever com fidedignidade qual seria o impacto de eventual registro de Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo. No entanto, pela semelhança com os créditos hoje registrados, estima-se que 90% (do total desses novos créditos) seriam contabilizados como ajustes.

A SUSEP iniciou em 2021 um projeto de desenvolvimento de Sistema Créditos a Receber que será apto para tratar os dados recebidos da PGF, permitindo assim o correto registro no SIAFI. No entanto, o projeto foi pausado em 2022, devido a reestruturação da autarquia, existindo previsão que seja retomado em 2023.

Acrescentamos que as informações dos Créditos de Dívida Ativa, relativas aos anos de 2017 a 2022, registradas no Sapiens-PGF, não foram recebidas a tempo de serem analisadas e registradas tempestivamente no exercício de 2022. Estas serão analisadas para a devida regularização das Demonstrações Contábeis até o final do corrente exercício.

b) Saldo contábil de bens móveis não confere com Relatório de Bens Móveis.

Atualmente há divergência significativa entre o saldo contábil de bens móveis e o Relatório de Bens Móveis. Além disso, ausência de inventário físico em 2022.

A SUSEP em 2021 iniciou a migração para o SIADS, porém o inventário físico não foi terminado antes do encerramento do exercício e existe previsão de término em 2023.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



Jonathas da Silva Cordeiro

CRC-RJ 111053/0-0

Apresentação

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são compostas pelos Balanços Patrimonial, Balanço Orçamentário e Financeiro, e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como pelas respectivas Notas Explicativas.

Resultado patrimonial superavitário de R\$150,7 milhões, mantendo o mesmo patamar em relação ao exercício anterior, quando o resultado foi de R\$157,5 milhões.

No período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$280,4 milhões, o que representa uma realização superior à previsão em R\$77,7 milhões. No que tange as despesas empenhadas, as mesmas perfizeram o montante de R\$240,6 milhões, ocasionando um resultado orçamentário superavitário da ordem de R\$39,7 milhões. Frise-se ocorreu um superávit expressivo mesmo com incidência da regra prevista na Emenda Constitucional 93, de 2016, que determina a desvinculação de Receitas da União, e prevê abatimento do valor arrecadado da cobrança das Taxas de Fiscalização pela Autarquia no percentual de 30% no valor total levantado.

O resultado financeiro superavitário em R\$27,4 milhões, refletindo também o excesso de arrecadação do exercício.

A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

ATIVO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	741.008.562,29	594.957.036,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	437.429.559,53	410.001.873,05
Créditos a Curto Prazo	303.493.925,43	184.372.140,17
Créditos Tributários a Receber		188.257,07
Demais Créditos e Valores	303.493.925,43	184.183.883,10
Estoques	39.394,55	43.781,38
VPDs Pagas Antecipadamente	45.682,78	539.241,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE	62.473.781,17	55.461.558,10
Ativo Realizável a Longo Prazo	454.896,38	30.025.876,99
Créditos a Longo Prazo	382.893,37	29.953.873,98
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	98.781.013,61	93.172.559,46
Dívida Ativa Tributária	11.069.497,96	11.843.332,73
Dívida Ativa Não Tributária	1.667.194.803,28	1.604.457.244,69
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-1.776.662.421,48	-1.679.519.262,90
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	72.003,01	72.003,01
Investimentos	-	-
Imobilizado	55.878.054,39	19.939.368,21
Bens Móveis	3.560.351,35	3.612.280,19
Bens Imóveis	52.317.703,04	16.327.088,02
Intangível	6.140.830,40	5.496.312,90
Softwares	6.140.404,40	5.495.886,90
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	426,00	426,00
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	803.482.343,46	650.418.594,26
PASSIVO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	20.671.874,40	24.274.111,82
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	19.303.411,14	22.779.978,74
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	4.067,78
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	11.026,38
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.368.463,26	1.479.038,92
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	20.671.874,40	24.274.111,82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Resultados Acumulados	782.810.469,06	626.144.482,44
Resultado do Exercício	150.664.241,64	157.502.498,22
Resultados de Exercícios Anteriores	626.144.482,44	468.575.961,80
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.001.744,98	66.022,42
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	782.810.469,06	626.144.482,44
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	803.482.343,46	650.418.594,26

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	833.241.858,96	682.026.904,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	300.944.591,24	250.555.880,52
Impostos	-	-
Taxas	300.944.591,24	250.555.880,52
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	261.600,38	498.752,79
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	261.600,38	498.752,79
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	46.859.170,93	43.013.617,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.499.248,47	8.785.472,56
Juros e Encargos de Mora	2.528,79	2.361,93
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	41.350.702,55	34.236.303,41
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.691,12	(10.520,90)
Transferências e Delegações Recebidas	269.996.311,24	219.792.484,47
Transferências Intragovernamentais	230.969.703,93	219.792.484,47
Outras Transferências e Delegações Recebidas	39.026.607,31	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.502.673,12	13.214.413,84
Reavaliação de Ativos	-	10.693.494,40
Ganhos com Alienação	-	2.143,52
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.207.858,42
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.502.673,12	1.310.917,50
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	211.677.512,05	154.951.756,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	(40.820,68)
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	738.090,31	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	210.939.421,74	154.992.576,68
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	682.577.617,32	524.524.406,40
Pessoal e Encargos	144.338.284,57	145.801.806,66
Remuneração a Pessoal	111.562.771,09	113.410.236,18
Encargos Patronais	22.045.258,75	23.159.858,08
Benefícios a Pessoal	2.449.254,48	2.327.894,63
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	8.281.000,25	6.903.817,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	84.394.941,12	85.124.906,14
Aposentadorias e Reformas	62.878.981,45	63.518.542,92
Pensões	20.515.981,63	20.566.797,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	999.978,04	1.039.566,22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.088.869,50	10.142.218,57
Uso de Material de Consumo	14.232,72	151.530,94
Serviços	10.838.547,40	8.862.616,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.236.089,38	1.128.070,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.471.610,35	1.532.704,82
Juros e Encargos de Mora	1.117,13	377,87
Descontos Financeiros Concedidos	1.446.616,69	1.532.326,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.876,53	-
Transferências e Delegações Concedidas	341.930.341,79	280.148.409,17
Transferências Intragovernamentais	334.263.872,76	277.485.814,87
Transferências ao Exterior	510.290,80	603.627,80
Outras Transferências e Delegações Concedidas	7.156.178,23	2.058.966,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	97.924.474,34	1.411.780,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	97.870.222,51	159.890,06
Desincorporação de Ativos	54.251,83	1.251.890,09
Tributárias	427.471,70	350.055,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.248,70	16.320,51
Contribuições	411.223,00	333.734,86
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.623,95	12.525,52
Constituição de Provisões	-	11.026,38
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.623,95	1.499,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	150.664.241,64	157.502.498,22

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	202.740.799,00	202.740.799,00	280.379.828,88	77.639.029,88
Receitas Tributárias	164.134.666,00	164.134.666,00	210.795.523,20	46.660.857,20
Taxas	164.134.666,00	164.134.666,00	210.795.523,20	46.660.857,20
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	29.077.650,00	29.077.650,00	41.486.519,08	12.408.869,08
Valores Mobiliários	29.077.650,00	29.077.650,00	41.224.918,70	12.147.268,70
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	261.600,38	261.600,38
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	13.222,00	13.222,00	6.691,12	-6.530,88
Serviços e Atividades Financeiras	13.222,00	13.222,00	6.691,12	-6.530,88
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	9.515.261,00	9.515.261,00	28.091.095,48	18.575.834,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	9.390.708,00	9.390.708,00	28.058.165,94	18.667.457,94
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	124.553,00	124.553,00	711,05	-123.841,95
Demais Receitas Correntes	-	-	32.218,49	32.218,49
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	202.740.799,00	202.740.799,00	280.379.828,88	77.639.029,88
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	202.740.799,00	202.740.799,00	280.379.828,88	77.639.029,88
DEFICIT	-	-	-	-
TOTAL	202.740.799,00	202.740.799,00	280.379.828,88	77.639.029,88
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	6.302.404,00	-	(6.302.404,00)
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	1.193.868,00	-	-
Créditos Cancelados	-	5.108.536,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	234.727.215,00	245.085.990,00	239.803.617,94	236.472.641,43	222.619.734,60	5.282.372,06
Pessoal e Encargos Sociais	224.375.125,00	226.687.529,00	224.220.688,63	222.016.244,35	208.492.696,22	2.466.840,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.352.090,00	18.398.461,00	15.582.929,31	14.456.397,08	14.127.038,38	2.815.531,69
DESPESAS DE CAPITAL	6.160.352,00	2.103.981,00	846.466,48	642.409,98	642.409,98	1.257.514,52
Investimentos	4.894.292,00	837.921,00	737.260,80	533.204,30	533.204,30	100.660,20
Inversões Financeiras	1.266.060,00	1.266.060,00	109.205,68	109.205,68	109.205,68	1.156.854,32
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	48.855.142,00	48.855.142,00	-	-	-	48.855.142,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	289.742.709,00	296.045.113,00	240.650.084,42	237.115.051,41	223.262.144,58	55.395.028,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	289.742.709,00	296.045.113,00	240.650.084,42	237.115.051,41	223.262.144,58	55.395.028,58
SUPERAVIT	-	-	39.729.744,46	-	-	(39.729.744,46)
TOTAL	289.742.709,00	296.045.113,00	280.379.828,88	237.115.051,41	223.262.144,58	15.665.284,12

Anexos - Execução de Restos a Pagar

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	674.228,43	2.343.837,28	1.508.841,32	1.508.841,32	854.139,33	655.085,06
Pessoal e Encargos Sociais	586.430,51	582.057,75	341.326,74	341.326,74	586.430,51	240.731,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	87.797,92	1.761.779,53	1.167.514,58	1.167.514,58	267.708,82	414.354,05
DESPESAS DE CAPITAL	136.821,14	1.806.316,00	1.624.271,00	1.624.271,00	136.821,14	182.045,00
Investimentos	20.640,79	1.806.316,00	1.624.271,00	1.624.271,00	20.640,79	182.045,00
Inversões Financeiras	116.180,35	-	-	-	116.180,35	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	811.049,57	4.150.153,28	3.133.112,32	3.133.112,32	990.960,47	837.130,06

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.501,49	13.812.694,19	13.812.694,19	2.501,49	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.531.538,40	13.531.538,40	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.501,49	281.155,79	281.155,79	2.501,49	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.501,49	13.812.694,19	13.812.694,19	2.501,49	-

Balanço Financeiro

INGRESSOS	2022	2021
Receitas Orçamentárias	280.379.828,88	232.540.708,43
Ordinárias	-	-
Vinculadas	282.242.423,44	234.226.106,21
Alienação de Bens e Direitos		1.359.001,94
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	282.242.423,44	232.867.104,27
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.862.594,56	-1.685.397,78
Transferências Financeiras Recebidas	230.969.703,93	219.792.484,47
Resultantes da Execução Orçamentária	226.568.641,47	216.955.053,19
Repasse Recebido	226.568.641,47	216.955.053,19
Independentes da Execução Orçamentária	4.401.062,46	2.837.431,28
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2061135,2	989.830,86
Demais Transferências Recebidas	411235,1	55.292,11
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.928.692,16	1.792.308,31
Recebimentos Extraorçamentários	108.798.408,24	94.232.819,06
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	13.852.906,83	13812694,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.535.033,01	4.150.153,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	865.926,44	479.169,82
Outros Recebimentos Extraorçamentários	90.544.541,96	75.790.801,77
Arrecadação de Outra Unidade	90.544.541,96	75.698.783,37
Demais Recebimentos		92.018,40
Saldo do Exercício Anterior	410.001.873,05	398.565.182,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.001.873,05	398.565.182,97
TOTAL	1.030.149.814,10	945.131.194,93
DISPÊNDIOS	2022	2021
Despesas Orçamentárias	240.650.084,42	240.973.526,53
Ordinárias	4.245.165,47	26.359.849,74
Vinculadas	236.404.918,95	214.613.676,79
Seguridade Social (Exceto Previdência)	309.404,18	33121439,78
Previdência Social (RPPS)	83.112.471,21	33467590
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	152.983.043,56	148.024.647,01
Transferências Financeiras Concedidas	334.263.872,76	277.577.833,27
Resultantes da Execução Orçamentária	2.504.389,47	3.219.654,85
Repasse Concedido	2.504.389,47	3.219.654,85
Independentes da Execução Orçamentária	331.759.483,29	274.358.178,42
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	941,48	
Movimento de Saldos Patrimoniais	331.758.541,81	274.358.178,42
Pagamentos Extraorçamentários	17.806.297,39	16.577.962,08
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	13.812.694,19	13238378,9
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.133.112,32	2.860.413,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	860.490,88	479.169,82
Saldo para o Exercício Seguinte	437.429.559,53	410.001.873,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	437.429.559,53	410.001.873,05
TOTAL	1.030.149.814,10	945.131.194,93

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.694.367,46	11.269.906,46
INGRESSOS	602.760.001,21	527.244.162,55
Receita Tributária	210.795.523,20	176.166.324,43
Receita Patrimonial	261.600,38	498.752,79
Receita de Serviços	6.691,12	(10.520,90)
Remuneração das Disponibilidades	41.224.918,70	33.848.298,10
Outras Receitas Derivadas e Originárias	28.091.095,48	20.678.852,07
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	322.380.172,33	296.062.456,06
Ingressos Extraorçamentários	865.926,44	479.169,82
Transferências Financeiras Recebidas	230.969.703,93	219.792.484,47
Arrecadação de Outra Unidade	90.544.541,96	75.698.783,37
Demais Recebimentos	-	92.018,40
DESEMBOLSOS	(573.065.633,75)	(515.974.256,09)
Pessoal e Demais Despesas	(217.595.717,81)	(216.270.597,60)
Administração	(134.084.462,27)	(132.354.799,50)
Previdência Social	(83.203.704,18)	(83.649.836,85)
Educação	-	-
Encargos Especiais	(307.551,36)	(265.961,25)
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	(20.345.552,30)	(21.646.655,40)
Intragovernamentais	(19.835.261,50)	(21.043.027,60)
Outras Transferências Concedidas	(510.290,80)	(603.627,80)
Outros Desembolsos Operacionais	(335.124.363,64)	(278.057.003,09)
Dispêndios Extraorçamentários	(860.490,88)	(479.169,82)
Transferências Financeiras Concedidas	(334.263.872,76)	(277.577.833,27)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.266.680,98)	166.783,62
INGRESSOS	-	1.359.001,94
Alienação de Bens	-	1.359.001,94
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
DESEMBOLSOS	(2.266.680,98)	(1.192.218,32)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(1.512.957,80)	(383.434,50)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	(109.205,68)	(252.185,38)
Outros Desembolsos de Investimentos	(644.517,50)	(556.598,44)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.427.686,48	11.436.690,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	410.001.873,05	398.565.182,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	437.429.559,53	410.001.873,05

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Pat. Social / Capital Social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial – 31/12/2021		-	-	-	-	626.144.482,44	-	626.144.482,44
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	6.001.744,98	-	6.001.744,98
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	150.664.241,64	-	150.664.241,64
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final						782.810.469,06		782.810.469,06

Notas Explicativas

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da SUSEP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Não há saldos em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registro de Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo no período em análise.

Estoques

Compreendem os bens em almoxarifado, que são avaliados e registrados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa, (ii) empréstimos e financiamentos concedidos e (iii) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria Federal junto à SUSEP (PF-SUSEP) são atualizados por meio de relatório mensal extraído de sistema sob a responsabilidade da PF-SUSEP. Utilizamos como Metodologia de Cálculo da Provisão para perdas da dívida ativa o histórico de recebimentos de crédito, onde a determinação do cálculo é que se encontre a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividido pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da SUSEP é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação passa a ser considerada no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da SUSEP são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para SUSEP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a SUSEP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da SUSEP segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da SUSEP.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da SUSEP, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda depositados na conta única no Banco Central do Brasil.

A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive fundos, de suas autarquias e fundações. Constitui importante instrumento de controle das finanças públicas, uma vez que permite a racionalização da administração dos recursos financeiros, reduzindo a pressão sobre a caixa do Tesouro, além de agilizar os processos de transferência e descentralização financeira e os pagamentos a terceiros.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que promoveu a organização da Administração Federal e estabeleceu as diretrizes para Reforma Administrativa, determinou ao Ministério da Fazenda que implementasse a unificação dos recursos movimentados pelo Tesouro Nacional, através de sua Caixa junto ao agente financeiro da União, de forma a

garantir maior economia operacional e a racionalização dos procedimentos relativos a execução da programação financeira de desembolso.

4. Créditos a Curto Prazo

Os “Créditos Tributários a Receber” são aqueles referentes ao registro das Taxas de Fiscalização a receber do mercado segurador. A arrecadação da Taxa de Fiscalização é a principal fonte de receita de SUSEP e possui baixa inadimplência.

Os demais créditos a receber são constituídos basicamente por “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” que correspondem a:

Tabela 1 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Contas	31/12/2022	%
13º Salário – Adiantamento	474.686,54	0,16
Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado	505.233,89	0,17
Créd. A Rec. Decor. De Infrações Legais e Contratuais	301.336.410,39	99,29
Remuneração Recursos Aplicados CTU a Receber	1.177.594,61	0,39
Total	303.493.925,43	

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que os créditos a receber de multas administrativas representam mais de 99% do total e que, em relação ao exercício anterior (conforme Balanço Patrimonial, pg.7), houve um incremento aproximado de 65% nesta conta, resultante dos registros realizados de acordo com as informações e documentos fornecidos pela área de arrecadação, processo SUSEP 15414.601264/2021-23.

Registre-se que, até o momento, não foram analisados os riscos de realização dos créditos a receber neste ativo, contudo tal questão está sendo devidamente estudada para que, caso seja necessário, o registro do ajuste seja realizado até o final do corrente exercício. Além disso, existe o estudo para que os créditos sejam segregados entre curto e longo prazo.

5. Estoques

Não houve variação significativa nos estoques de almoxarifado da SUSEP no período apurado.

6. Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo estão constituídos conforme informações a seguir:

Empréstimos e Financiamentos concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos correspondem aos valores emprestados às entidades supervisionadas em regime de liquidação, atualizados, mensalmente, pela Coordenação de Arrecadação e Finanças da SUSEP, utilizando-se o IPCA15 como índice de atualização, conforme IN SUSEP Nº 93, de 21 de dezembro de 2018.

Tabela 2 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos

LIQUIDADANDAS	PLANILHA	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
AJAX CIA. NACIONAL DE SEGUROS	AJAX	4.414.535,48	1.167.432,70	5.581.968,18
ALIANÇA RIOGRANDENSE	ALIANÇA	879,83	232,67	1.112,50
AVS SEGURADORA S/A	AVS	7.317.163,61	1.836.812,49	9.153.976,10
CARIOCA SEGURADORA S.A.	CARIOCA	1.796.342,72	475.046,41	2.271.389,13
CASTELO COSTA CIA. DE SEGUROS	CASTELO	1.485.524,49	392.849,91	1.878.374,40
CIA. ÂNCORA DE SEGUROS GERAIS	ANCORA	1.616.001,25	427.354,75	2.043.356,00
CIA. DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO	3.765.781,19	995.868,34	4.761.649,53
CIA. DE SEGUROS MONARCA	MONARCA	1.450.355,97	383.549,53	1.833.905,50
CIA.INTERNACIONAL DE SEGUROS	INTERNACIONAL	1.944.567,17	514.244,66	2.458.811,83
COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS	MUTUAL	221.377,40	87.898,63	309.276,03
EDEL SEGURADORA	EDEL	3.058.824,76	808.912,30	3.867.737,06
EMPRESARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA	EMPRESARIAL	2.341.633,32	619.249,60	2.960.882,92
FEZ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	FEZ	216.367,22	57.218,74	273.585,96
GNPP PROVIDA SEGURADORA	GNPP	2.978.565,66	787.687,62	3.766.253,28
MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR	MONTEPIO	2.110.067,95	558.011,68	2.668.079,63
NOVA YORK CIA. DE SEGUROS	NOVA YORK	10.912.360,83	2.842.462,39	13.754.823,22
PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS	PATRIMONIAL	9.357.623,79	2.474.642,26	11.832.266,05
PLANALTO CIA. DE SEGUROS GERAIS	PLANALTO	2.458.007,91	650.025,09	3.108.033,00
PREFERENCIA CIA. DE SEGUROS	PREFERENCIA	2.073.465,99	548.332,21	2.621.798,20
PREVBRAS SOC. NACIONAL DE PREVIDÊNCIA	PREVBRAS	5.353.210,57	1.414.114,82	6.767.325,39
SÃO PAULO CIA. NACIONAL DE SEGUROS	SÃO PAULO	7.437.323,37	1.966.814,99	9.404.138,36
SDB COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	SDB	1.080.932,77	285.854,83	1.366.787,60
SEGURANÇA CIA. DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	SEGURANÇA CIA	436.736,20	115.495,76	552.231,96
SEGURANÇA IND. CIA. NAC. DE SEGUROS	SEGURANÇA IND.	1.633.891,67	432.085,91	2.065.977,58
SULINA SEGURADORA S/A	SULINA	2.750.024,69	727.249,51	3.477.274,20
TOTAL GERAL		78.211.565,81	20.569.447,80	98.781.013,61

Fonte: Divisão de Execução Financeira da SUSEP (DIFIN).

Dívida Ativa

Em Dívida Ativa Tributária são registrados os valores a receber referentes às taxas de fiscalização cobradas das entidades supervisionadas, enquanto na Dívida Ativa Não-Tributária registram-se os valores a receber referentes às multas cobradas das entidades supervisionadas, aos empréstimos a entidades supervisionadas em regime de liquidação e aos ressarcimentos ao erário, todos na esfera judicial.

Os valores nessas contas são atualizados, mensalmente, tendo por base os valores constantes em relatórios emitidos pela Procuradoria Federal da SUSEP.

Evidencia-se que existe limitação no sistema de dívida ativa da SUSEP, que atualmente não se comunica com o sistema de arrecadação da SUSEP e, tampouco, com o controle dos

créditos a receber dos recursos emprestados às seguradoras em regime de liquidação, possibilitando, portanto, a existência de saldos duplicados e outros problemas correlatos.

A variação apontada pela análise horizontal (AH) ocorre, basicamente, pelas correções dos créditos inscritos em dívida ativa nos relatórios sob responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada junto à Autarquia. Isso porque as informações ora apresentadas contemplam apenas os créditos inscritos até o mês de abril de 2017, tendo em vista que, desde maio de 2017, a inscrição de novas dívidas passou a ser realizada pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Por meio da Portaria nº 7.757, de 3 de fevereiro de 2021 foi criado um grupo de trabalho para mapeamento de fluxo desse processo, visando a criação do sistema de Gestão de Créditos da SUSEP. Tal mapeamento foi finalizado e o sistema começou a ser desenvolvido. Contudo o projeto foi pausado em 2022 devido a reestruturação da autarquia, existe previsão que seja retomado em 2023.

Tabela 3 – Dívida Ativa

Contas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Dívida Ativa Tributária	11.069.497,96	11.843.332,73	-6,53
Juros e Multas da Taxa de Fiscalização	7.957.065,25	8.082.228,88	-1,55
Valor Originário da Taxa de Fiscalização	3.112.432,71	3.761.103,85	-17,25
Dívida Ativa Não Tributária	1.667.194.803,28	1.604.457.244,69	3,91
Juros e Multas do Empréstimo às Massas	15.618.343,78	14.731.155,13	6,02
Valor Originário do Empréstimo às Massas	7.796.033,82	7.796.033,82	0,00
Juros e Multas da Multa Pecuniária	1.073.856.646,88	1.010.882.646,56	6,23
Valor Originário da Multa Pecuniária	569.401.635,52	570.559.412,76	-0,20
Juros e Multas do Ressarcimento ao Erário	222.082,98	187.936,12	18,17
Valor Originário do Ressarcimento ao Erário	300.060,30	300.060,30	0,00
Total	1.678.264.301,24	1.616.300.577,42	3,83

Fonte: Tesouro Gerencial

Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo

A conta de Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo contempla os valores, atualizados anualmente, dos Ajustes para Perdas em Empréstimos, em Dívida Ativa Tributária e em Dívida Ativa Não Tributária.

A metodologia de cálculo da Provisão para Perda com Dívida Ativa Tributária, Não Tributária e Empréstimos Concedidos a Longo Prazo tem por base o histórico de receitas da autarquia. Consiste em apurar a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividida pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Tabela 4 – Ajustes de Perdas de Crédito a LP

Contas	31/12/2022
Ajuste de Perdas – Emprést.e Financ.	-98.781.013,61
Ajuste de Perdas - Dívida Ativa Tributária	-11.069.497,96
Ajuste de Perdas - Dívida Ativa Não Tributária	-1.666.811.909,91
Total	-1.776.662.421,48

Fonte: SIAFI.

A metodologia empregada foi a orientada pelo então Coordenador de Análise Contábil da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda em 07 de abril de 2016, e cuja memória de cálculo do **último registro efetuado** segue abaixo:

Tabela 5 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)

Contas	2020	2021	2022	MÉDIA
Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque	11.798.037,53	11.843.332,73	11.069.497,16	11.570.289,14
Ajuste de Perda de Crédito %				100,00
Ajuste de Perda de Crédito R\$				11.069.497,16

Tabela 6 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária)

Contas	2020	2021	2022	MÉDIA
Receitas	269.050,84	387.934,10	459.128,17	372.037,70
Estoque	1.588.129.050,95	1.604.457.244,69	1.667.194.803,28	1.619.927.032,97
Ajuste de Perda de Crédito %				99,98
Ajuste de Perda de Crédito R\$				1.666.811.909,91

7. Imobilizado

O Imobilizado da SUSEP está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Bens Móveis

Contas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	796.287,96	807.226,29	-1,36
Bens de Informática	8.937.749,34	7.570.637,34	18,06
Móveis e Utensílios	2.597.235,78	3.000.855,86	-13,45
Material Cultural e de Comunicação	127.566,12	123.376,12	3,40
Veículos	3.445,00	3.445,00	0,00
Demais Bens Móveis	155.333,11	57.341,31	170,89
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-9.057.265,95	-7.950.601,73	13,92
Total	3.560.351,36	3.612.280,19	-1,44

Fonte: SIAFI.

Ressalta-se que, atualmente, ocorre diferença entre os registros de bens móveis no sistema de controle de bens móveis da SUSEP (CBEM) e no SIAFI devido a limitações no atual sistema. Sobre isso, a área de patrimônio da SUSEP não conseguiu finalizar o inventário anual até o encerramento do exercício e pretende finalizá-lo em de 2023, enquanto isso a implantação do SIADS foi iniciada.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 8 – Bens Imóveis

Contas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens de Uso Especial	52.259.222,53	20.047.400,27	160,68
Instalações	32.762,00	32.762,00	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	113.422,50	113.422,50	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-87.703,99	-3.866.496,75	-97,73
Total	52.317.703,04	16.327.088,02	220,43

Fonte: SIAFI.

No período apurado, segundo o setor de patrimônio, houve duas variações nos valores dos bens imóveis: a primeira de R\$16.327.088,02 para R\$20.047.400,27, relativa ao aumento do valor da depreciação/amortização acumulada calculada pelo Sistema Spiunet/SIAFI de forma automatizada; a segunda de R\$20.047.400,27 para R\$52.259.222,53 ocorreu na conta Bens de Uso Especial e refere-se à devolução (baixa) do imóvel de São Paulo/SP, bem como à reentrada no Sistema Spiunet, dos dois imóveis do Rio de Janeiro (Buenos Aires 256 e 264).

Tabela 9 – Variação do Saldo de Bens Imóveis

Saldo Inicial	16.327.088,02
Bueno Aires 264	17.884.992,28
Buenos Aires 256	21.141.615,03
São Paulo	-6.814.785,05
Variação da Depreciação	3.778.792,76
Saldo Final	52.317.703,04

Fonte: Setor de Patrimônio. Processo SEI 15414.602729/2023-25.

8. Intangível

O Ativo Intangível da SUSEP é composto basicamente por softwares, classificados atualmente em “vida útil indefinida”, conforme consulta interna ao Departamento de Tecnologia da Informação (DETIC) da autarquia.

9. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a seção de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, juntamente com o Resultado do Exercício e os Resultados de Exercícios anteriores, e registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em maio de 2022 o TRF 2º região registrou ajuste de saldo de precatórios alimentares referentes a exercícios anteriores no montante de R\$ 1.9 milhões.

Em junho de 2022 a Coordenação Geral de Contabilidade da União registrou ajuste na depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no Spinet no valor de R\$ 3.8 milhões.

10. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial apurado neste período foi superavitário em R\$150,6 milhões, mantendo-se em linha com o resultado do exercício anterior, que foi de 157,5 milhões.

Analisando-se a Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, observa-se que a variação apontada no parágrafo acima (R\$6,9 milhões) ocorreu majoritariamente devido às diferenças de saldos em:

Tabela 10 – Variações Significativas DVP

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	210.939.421,74	154.992.576,68
Taxas	300.944.591,24	250.555.880,52
Reavaliações e Ajustes para Perdas	-97.870.222,51	-159.890,06

Fonte: SIAFI.

“Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” representa o saldo da conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, que aumentou justificado por um maior volume de registro de créditos a receber.

Observa-se que o resultado patrimonial só não foi mais elevado devido à atualização do saldo de ajustes de perdas dos Créditos a Longo prazo da Susep.

11. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista o critério estabelecido no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

No período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$280,4 milhões, o que representa uma realização de mais de 100% do total previsto para o exercício.

No que tange às despesas empenhadas, elas perfizeram o montante de R\$240,7 milhões. Já as despesas liquidadas somaram 237,1 milhões, o que representa um percentual de execução de aproximadamente 81% em relação à dotação atualizada. Se desconsiderada, no entanto, a reserva de contingência, o percentual de execução vai a quase 96%.

12. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$27,4 milhões, basicamente em virtude de uma maior arrecadação tributária.

13. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na SUSEP, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”.



Demonstrações Contábeis de 2022